

Os relatores setoriais devem explicar nesta terça-feira os critérios usados para distribuição de recursos e indicar as áreas que ainda não puderam ser contempladas

Orçamento: a maratona para repartir verbas

A comissão mista responsável pela análise da lei orçamentária de 2006 reúne-se nesta terça-feira para iniciar o exame dos relatórios setoriais. Esse é o primeiro passo para a votação do Orçamento, que ocorrerá a partir

da segunda quinzena de janeiro. Oposição exige tempo para estudar a matéria. Na semana passada, acordo de líderes permitiu que a Comissão Representativa do Congresso aprovasse mais de R\$ 18 bilhões em créditos suplementares.



Senadores e deputados da Comissão Representativa do Congresso aprovaram créditos de R\$ 18,3 bi em duas reuniões na última semana

PÁGINA 3

CPI dos Correios ouve esta semana três depoentes

Depois de tomar conhecimento do relatório parcial que confirmou o mensalão, comissão ouve novos depoimentos na quarta-feira. CPI dos Bingos também funciona entre o Natal e o Ano-Novo.

PÁGINA 4

cidadania

Saiba como funciona o Poder Judiciário

Conheça a estrutura do Poder que tem a função de aplicar as leis e zelar pela sua observância. Veja quais são os órgãos do Judiciário.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 5
FRASES	Página 5
VOZ DO LEITOR	Página 5
CONHEÇA O SENADO	Página 7

SOCIAL



WALDEIR RODRIGUES

Projetos beneficiam crianças e educação

Cinco dentre os 28 projetos que o Senado vai analisar em janeiro beneficiam as crianças ou buscam a melhoria da educação. Proposta de Maria do Carmo Alves assegura licença-maternidade e licença-paternidade aos pais que adotarem crianças. Outro projeto amplia de oito para nove o número de anos de educação obrigatória.

A educação e a assistência às crianças são objeto de propostas parlamentares que constam da pauta

PÁGINA 2

CONGRESSO

Redução do recesso é desafio no Senado

A dificuldade de tomada de novos depoimentos tanto no Conselho de Ética da Câmara quanto nas CPIs dos Correios e dos Bingos neste fim de ano, como ocorrido na semana passada, voltou a levantar a discussão acerca da duração do recesso parlamentar.

Afinal, se as atividades regulares do Congresso se iniciassem anualmente em janeiro em vez de 15 de fevereiro, a necessidade de convocação extraordinária, especialmente este ano, seria reduzida. O próprio Senado poderá mudar essa realidade, caso aprove a Proposta de Emenda à Constituição 3/00, que também dá fim à ajuda de custo aos parlamentares nos períodos de trabalho extraordinário e consta da pauta de janeiro.

A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) já apresentou substitutivo. O senador sugere que o Congresso funcione entre 20 de janeiro e 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. Assim, a duração dos recessos ficaria limitada a dois meses por ano e não mais a três meses, como prevê a Constituição.



Renan preside sessão da Comissão Representativa, que aprovou créditos suplementares para órgãos do Executivo

Depois da palavra final da CCJ, a proposta será apreciada, em primeiro turno, pelo Plenário.

Na Câmara, outra PEC (347/96) reduz o recesso de 90 para 45 dias. O Congresso também pode acabar com pagamentos extras aos parlamentares se aprovar o Projeto de Decreto Legislativo 2.075/05, do deputado Raul Jungmann (PPS-PE).

Projeto restringe edição de medidas provisórias

Os parlamentares terão outra oportunidade de melhorar a qua-

lidade da produção legislativa na convocação extraordinária se aprovarem a PEC 72/05, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que pretende limitar o número de medidas provisórias em tramitação no Congresso. Pela proposta, a MP somente teria força de lei depois de admitida pelo Legislativo, atendidos os pressupostos constitucionais de urgência e relevância. Atualmente, transcorridos 45 dias de sua edição, uma MP tranca a pauta, impedindo a discussão de outras propostas.

Senadores examinam mudanças na educação

Entre os 28 projetos que o Senado vai analisar em janeiro, cinco beneficiam as crianças ou buscam a melhoria da educação no Brasil. A PEC 31/00, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), assegura licença-maternidade e licença-paternidade aos pais que adotarem crianças.

Por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 144/05 quer ampliar de oito para nove

o número de anos de educação obrigatória, a partir dos seis anos de idade. Como o projeto anterior, o PLC 128/05, já aprovado pelos deputados, pode melhorar a qualificação de professores da educação básica por meio da concessão de bolsas de estudo para os participantes de cursos de formação. Os dois projetos aguardam parecer da Comissão de Educação (CE).

Já o PLC 51/04 procura estimular doações para os fundos nacio-

nal, estaduais e municipais em favor de crianças e adolescentes por meio da possibilidade da dedução do Imposto de Renda. Por se tratar de matéria tributária, a PEC precisa de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir a Plenário.

Por fim, os senadores vão analisar o PLC 139/05, que define regras para o ensino na Marinha brasileira. De autoria do Executivo, está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Deputados discutem a reforma política

Entre os 65 itens da pauta da Câmara durante a convocação extraordinária, o presidente da Casa, deputado Aldo Rebelo, destaca a reforma política e o Estatuto da Igualdade Racial como matérias prioritárias para votação a partir de 16 de janeiro de 2006. Reforma tributária, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e da Super-Receita também integram a lista de matérias sob responsabilidade dos deputados.

As propostas de reforma política em tramitação na Câmara foram consolidadas em uma única proposta pela comissão especial da Casa que analisou o assunto. Neste final de ano, as matérias – a maioria já aprovada pelos senadores – foram incorporadas pelo relator, deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP), à proposta de emenda à Constituição do deputado Ney



Aldo Rebelo destaca na pauta de votação da Câmara o Estatuto da Igualdade Racial

Lopes (PFL-RN).

A PEC (446/05) terá que ser alterada mais uma vez, tendo em vista que o texto original permitiria que as mudanças eleitorais sugeridas, desde que aprovadas até 31 de dezembro deste ano, poderiam valer para as eleições de 2006. Entre as alterações, a proposta prevê a adoção de listas preordenadas em convenções partidárias nas eleições proporcionais, a cria-

ção de federações partidárias e o financiamento exclusivamente público das campanhas, além de sugestões do projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) destinadas a reduzir a duração e os custos das campanhas. Paralelamente, a Câmara discute o fim da verticalização das coligações nas eleições gerais, contido na PEC 548/02.

O projeto de lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial está pronto para ser votado. Se os deputados aprovarem o substitutivo do deputado Reginaldo Germano (PFL-BA) ao texto original, do senador Paulo Paim (PT-RS), a matéria retornará ao Senado para nova votação. Entre outras medidas, o projeto cria o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial para financiar políticas que promovam a igualdade de oportunidades e estabelece a cota de 20% para a população negra em concursos e vestibulares e no financiamento estudantil.

Medidas provisórias na pauta da convocação extraordinária

Os quatro primeiros itens da pauta da primeira sessão da convocação extraordinária no Senado, em janeiro, serão medidas provisórias (MPs). A maioria delas abre créditos a diversos órgãos públicos, como ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o combate à aftosa. Na Câmara, três MPs trancarão a pauta em 16 de janeiro e outras duas, editadas em 15 de dezembro, já estarão em discussão na Casa.

As MPs em tramitação no Senado foram aprovadas na Câmara sem emendas e, por tratarem de assuntos consensuais, não devem ser alvo de polêmi-

ampliando o prazo para aprovação pelo Congresso do projeto sobre o reajuste, transformado em lei em dezembro.

Outra MP (264/05) que tranca a pauta abre crédito extraordinário para os ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no valor de R\$ 159 milhões, destinados à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e à operacionalização de estoques estratégicos de se-

A maioria das matérias abre créditos suplementares a ministérios

gurança alimentar. A safra de 40 mil agricultores familiares será comprada e os alimentos se destinam a recompor os estoques do governo e a projetos sociais, acampamentos de reforma agrária, quilombos, reservas indígenas, escolas, creches, hospitais e asilos.

No Ministério das Cidades, os recursos custearão obras emergenciais de urbanização em assentamentos precários em loteamentos vulneráveis, irregulares e carentes de infraestrutura. As obras pretendem evitar desastres e acidentes em razão do período das chuvas.

Recursos emergenciais para o combate à aftosa são objeto da MP 265/05. Estão previstos R\$ 33 milhões para indenizações de produtores de Mato Grosso do Sul e à vigilância sanitária da região, onde 22 focos da doença foram notificados.

Em seguida na lista aparece a MP 263/05, que concede abono para os militares equivalente ao reajuste de 13%, pago nos meses de outubro e novembro,

Partidos terão até janeiro para mudar lei eleitoral

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Caputo Bastos, deu prazo até 15 de janeiro de 2006 para que os partidos encaminhem propostas de alteração da legislação eleitoral. Bastos informou que o calendário eleitoral será publicado em breve no *Diário da Justiça*.

Segundo Caputo Bastos, a verticalização das coligações partidárias, em debate na Câmara, deverá ser examinada pelo TSE em fevereiro, que pode reinterpretar a legislação, e, as-

sim, rever a decisão de fevereiro de 2002, pela qual as coligações no plano federal devem ser repetidas nos estados.

O ministro informou que o TSE estuda mudanças infralegais para permitir um maior controle na prestação de contas das campanhas eleitorais. Caputo Bastos lembrou que o presidente do tribunal, ministro Carlos Velloso, entregou aos parlamentares proposta de reforma, que foi desmembrada em projetos em tramitação no Senado.

gendagendaagenda

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – CPI DOS BINGOS – Depoimento de Fernando Antônio de Castro Cardoso, presidente da GTech do Brasil.

14h30 – COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO – Discussão dos relatórios setoriais do Orçamento da União de 2006.

QUARTA-FEIRA

10h – CPI DOS BINGOS

– Depoimento de José Lindoso Albuquerque Filho, ex-diretor comercial da Caixa Econômica Federal.

13h – CPI DOS CORREIOS – A Sub-Relatoria de Contratos toma depoimentos de Antônio de Paula Braquehais e Adauto Tameirão Machado, funcionários dos Correios, e de Francisco Marques Carioca, sócio da Beta, empresa de transporte aéreo de cargas prestadora de serviços para os Correios.

CONGRESSO Comissão de Orçamento foi convocada para discutir relatórios setoriais já nesta terça-feira

Começa debate sobre relatórios setoriais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário a convocação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para reunião nesta terça-feira, visando discutir os relatórios setoriais do Orçamento Geral da União de 2006.

Após o anúncio de Renan, vários parlamentares da oposição se manifestaram contrários à realização da reunião na data marcada, devido à falta de tempo para o estudo dos itens a serem debatidos.

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), afirmou que seu partido apenas deverá votar os relatórios que tiverem sido discutidos de maneira adequada. Já o líder do PSDB na Câmara, deputado Alberto Goldman (SP), exigiu o cumpri-

mento dos prazos para a apreciação dos relatórios setoriais.

– Uma reunião apenas para se discutir os relatórios vai significar um sacrifício absolutamente inútil – protestou.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado, também solicitou prazo suficiente para discussão dos relatórios a serem analisados pela CMO. Em sua opinião, as matérias orçamentárias “têm que ser votadas com o máximo de consciência”.

Na reunião, os relatores setoriais devem fazer uma explanação sobre os critérios da distribuição de recursos para suas áreas e indicar setores que não puderam ser contemplados, mas que, segundo os próprios relatores, precisam ser atendidos.

Anúncio da convocação da CMO gerou reações de opositoristas

Ampliada composição da comissão do salário mínimo

Durante a primeira reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional, na terça-feira passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, aceitou a sugestão do deputado Rogério Teófilo (PPS-AL) e determinou a ampliação do número de integrantes da Comissão Mista do Salário Mínimo, com a conseqüente realização de um novo cálculo da proporcionalidade.

Atualmente a comissão é composta por oito deputados e oito senadores, com igual número de suplentes. Rogério Teófilo argumentou que o Regimento Comum do Senado e da Câmara define que as comissões mistas do Congresso, excetuando-se as comissões parlamentares de inquérito e a de Orçamento, devem ser integradas por 11 representantes de cada Casa. Além disso,

caso as bancadas minoritárias, após o cálculo de proporcionalidade partidária, não consigam nenhuma vaga, o número de integrantes sobe para 12 deputados e 12 senadores, havendo um sistema de rodízio entre os partidos para o preenchimento da vaga extra.

Já compõem a comissão do salário mínimo, como membros titulares, os senadores Paulo Paim (PT-RS), José Jorge (PFL-PE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Ney Suassuna (PMDB-PB), Luiz Otávio (PMDB-PA), João Ribeiro (PL-TO) e Cristovam Buarque (PDT-DF) e os deputados Vicentinho (PT-SP), Cláudio Rorato (PMDB-PR), Fábio Souto (PFL-BA), Walter Barelli (PSDB-SP), Leodegar Tiscoski (PP-SC), Jackson Barreto (PTB-SE), Luiz Antônio de Medeiros (PL-SP) e Vittorio Medioli (PV-MG).

Renan diz que o processo orçamentário está esgotado

A aprovação de créditos suplementares pela Comissão Representativa, no período da convocação extraordinária, demonstra que o atual processo orçamentário está esgotado, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele defendeu que a elaboração do orçamento federal seja reformulada, a fim de evitar mudanças de última hora.

Como exemplo da falta de organização do governo nesse aspecto, Renan citou o episódio do reajuste do salário dos servidores do Senado, que terminou com o inusitado desfecho em que a Casa devolveu R\$ 150 milhões ao Ministério do Planejamento.

Ele defende mudança no rito do Orçamento e o fim da autoconvocação

O senador lembrou que, quando o reajuste foi aprovado, o governo entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin), indicando que não suplementaria os recursos. O Senado, no entanto, cortou despesas, fez um remanejamento orçamentário e conseguiu pagar os compromissos com pessoal.

O presidente do Senado também ressaltou que o Congresso vive uma oportunidade única de acabar com a chamada autoconvocação, que ele disse considerar absurda, e de reduzir o recesso parlamentar. O assunto deverá ser discutido por deputados e senadores até fevereiro.



Comissão Representativa do Congresso reunida no Plenário do Senado para votar pedidos de crédito

Congresso aprova créditos de R\$ 18,3 bi

A Comissão Representativa do Congresso aprovou na terça-feira 19 pedidos do Executivo de abertura de créditos num total de R\$ 9,8 bilhões para os ministérios e órgãos da administração pública. Os recursos beneficiam especialmente a Previdência Social, os programas de combate à fome e as Forças Armadas. Cerca de R\$ 6 bilhões saíram do superávit primário das contas públicas e o restante veio de remanejamentos dentro dos próprios órgãos do governo, conforme cálculo do deputado Pauderney Avelino (PFL-AM).

No dia seguinte, um acordo partidário permitiu que a Comissão Representativa votasse mais 18 pedidos de crédito. Eles somam mais de R\$ 8,5 bilhões, sendo que R\$ 6,2 bilhões não sairão dos cofres da União, mas dos caixas das empresas do sistema Petrobras. Os outros R\$ 2,3 bilhões beneficiam vários ministérios, para programas de saúde, energia, pagamento de encargos sociais e “treinamento de astronautas” pela Agência Espacial Brasileira.

O PFL e o PSDB reclamaram durante reunião de líderes, no

gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, que as emendas de parlamentares da oposição vinham sendo discriminadas pelo governo. Por isso, não haveria boa vontade para votação dos créditos. Segundo Pauderney Avelino, no final acertou-se que as emendas individuais dos deputados e senadores da oposição, colocadas no Orçamento deste ano, serão liberadas nos próximos meses em percentuais que irão variar de 40% a 70%. Em valores, isso significa liberações entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 2,5 milhões das emendas de cada parlamentar.

– O acordo que existe é para votação dos créditos orçamentários. A votação do Orçamento de 2006 é outra história – avisou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), depois de constatar que, na votação dos créditos, o governo cortara mais de 70% das verbas para construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, no Amazonas.

O líder do PFL, José Agripino (RN), informou que condiciona

o exame da lei orçamentária – que deverá ocorrer a partir de 16 de janeiro – à solução de “alguns problemas”, entre eles o cumprimento de promessas feitas pelo governo federal de ajudar a cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Pan-Americanos de 2007.

Renan Calheiros anunciou um adendo à lista de projetos a serem votados durante a atual convocação extraordinária, incluindo o projeto do Orçamento de 2006 e um projeto com reajuste salarial do Tribunal de Contas da União.

O presidente da Comissão de Orçamento, senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), convocou reuniões para terça-feira e quarta-feira, para discutir e votar parte dos dez relatórios setoriais do Orçamento. A idéia é acelerar ao máximo o exame do projeto orçamentário na Comissão, para que ele possa estar quase pronto em 16 de janeiro, quando começa a segunda fase da convocação extraordinária do Congresso, com sessões dos plenários da Câmara e do Senado.

Senadores criticam trâmite orçamentário

Durante a discussão do projeto de lei que abriu créditos suplementares para os ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) ressaltou que a votação dos créditos suplementares solicitados pelo governo só está sendo feita porque os fins a que se destinam “são nobres”.

A senadora protestou contra cortes feitos pelo governo nos recursos destinados no Orçamento ao seu estado. Ela também criticou o fato de o Orçamento ser autorizativo, o que permite que o governo contingencie recursos destinados à área social e impeça os parlamentares de interferir no destino dos recursos oriundos do superávit primário.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), informando que acabara de saber dos itens a



Heráclito Fortes: indignação com o corte de verbas a três estados nordestinos

serem votados, criticou o processo “torto e sinuoso” de votação do Orçamento.

Parlamentares acusaram o governo de falta de transparência durante a discussão de projeto de lei que abriu crédito suplementar de R\$ 118.610.131 em favor dos ministérios da Ciência e

Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa. A matéria integrava a pauta da Comissão Representativa do Congresso, reunida na quarta-feira. A matéria foi aprovada, mas o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) chamou a atenção para o fato de que o projeto falava em “municípios, estados e entidades sem fins lucrativos” a serem beneficiados sem especificar quais seriam esses municípios, estados e entidades.

Heráclito também se indignou ao saber do cancelamento de R\$ 112 milhões em 2005 para o gasoduto ligando Fortaleza, Teresina e São Luís.

– Isso é um acinte e um deboche do governo Lula com o Piauí, o Ceará e o Maranhão.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) também reclamou mais recursos para o Nordeste.

CRISE POLÍTICA Relatório parcial indica que valerioduto movimentou cerca de R\$ 2,6 bilhões de 1997 a 2005

CPI dos Correios faz radiografia do mensalão



Ao apresentar o relatório parcial da CPI dos Correios na quarta-feira passada, o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse acreditar que havia realmente um sistema de corrupção de parlamentares ligado a um pagamento de mesadas, conhecido como mensalão, e ao abastecimento do caixa dois do PT. O relatório – elaborado com base no trabalho da Sub-Relatoria de Movimentações Financeiras, coordenada pelo deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) – saiu pouco mais de um mês depois que a CPI do Mensalão foi encerrada sem votar parecer sobre o pagamento de propina a parlamentares.

O documento aponta a concentração de pagamentos em dois períodos: em maio de 2003, época em que houve intensa migração de parlamentares para o PTB, e entre janeiro e fevereiro de 2004, quando ocorreram várias filiações de parlamentares ao PP. Além disso, a CPI descobriu que, a partir de setembro de 2003, houve concentração de pagamentos próximos a votações de interesse do governo no Congresso.

Antes desse período, o mensalão teria se caracterizado pela retirada de dinheiro diretamente no caixa bancário. A partir daí, a sistemática de pagamento teria sido modificada. Segundo o documento, os pagamentos ao PP eram feitos em intervalos de 48 e 72 horas, com a intermediação da

corretora Bônus-Banval.

O relatório informa que o PL recebeu recursos semanalmente por meio da empresa Guaranhuns. “Tudo indica que havia uma espécie de ‘semanadão’ de R\$ 500 mil”, disse Serraglio. Durante quatro semanas, o partido teria recebido R\$ 500 mil. Depois, mais cinco parcelas de R\$ 300 mil. Em seguida, seis parcelas de R\$ 200 mil.

O esquema operado pelo empresário Marcos Valério movimentou R\$ 2,6 bilhões entre 1997 e 2005, conforme o relatório de Serraglio. Entre os maiores depositantes desse valerioduto, o relator registrou que estão empresas como Banco do Brasil, Telemig e Visanet (veja quadro).

Serraglio chama a atenção para o fato de que há uma diferença de cerca de R\$ 4 milhões a menos entre os valores tomados por empréstimo por Valério e os repassados ao PT, também como empréstimo. O relator concluiu que, ao contrário do que disse o publicitário, os tais empréstimos não eram a única fonte de dinheiro do valerioduto.

Ainda segundo o relatório, empréstimos feitos por empresas de Valério não tinham prazo de pagamento definido, os juros eram inferiores aos de mercado, as ga-

rantias apresentadas mostravam-se frágeis e os contratos foram renovados sem o pagamento de encargos bancários.

O relator destaca ainda que, apesar dos altos valores envolvidos, não há contrato de empréstimo assinado entre Valério e o PT. Além disso, outros empréstimos tomados pelo empresário foram pagos, diferentemente dos repassados ao PT. Outro ponto que chama a atenção é que beneficiários do valerioduto fizeram saques no Banco Rural antes de Valério ter feito o primeiro empréstimo.

Após a leitura do relatório, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse acreditar que a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), prestes a ser concluída, deverá confirmar irregularidades na operação realizada entre a Caixa Econômica Federal e o banco BMG, na qual um empréstimo consignado que deveria ser saldado pela Caixa em 12 meses acabou sendo pago à vista com ágio de R\$ 9 milhões. O parlamentar acrescentou que a Caixa deverá ser incluída no relatório final da CPI como uma das fontes que abasteceram o valerioduto.



Heloisa Helena observa o relatório de Osmar Serraglio, que fala ao telefone

CÉLIO AZEVEDO

Quem abasteceu o esquema de Marcos Valério

Eis as empresas públicas e privadas que, segundo a CPI dos Correios, foram as que mais abasteceram o esquema de Marcos Valério, que teria movimentado pelo menos R\$ 2,6 bilhões entre 1997 e 2005. A CPI não denuncia essas empresas, mas acusa Valério de emitir notas fiscais falsas para justificar o recebimento desses recursos.

Banco do Brasil - R\$ 388 milhões
Telemig - R\$ 122 milhões
Visanet - R\$ 92 milhões
Secretaria da Fazenda do DF - R\$ 64 milhões
Eletronorte - R\$ 41 milhões
Ministério do Trabalho - R\$ 41 milhões
Amazônia Celular - R\$ 37 milhões
Correios - R\$ 36 milhões
Usiminas - R\$ 32 milhões
Secretaria da Fazenda de MG - R\$ 27 milhões
Fiat - R\$ 21 milhões
Assembleia Legislativa de MG - R\$ 17 milhões
Ministério do Esporte - R\$ 12 milhões
Terracap - R\$ 10 milhões



JOSE CRUZ/ABR

Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, anunciou a criação de uma sub-relatoria para propor normas de combate à corrupção

Fundo de pensão terá que abrir dados sigilosos

O ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal (STF), indeferiu na última semana liminar que impedia a divulgação de dados sigilosos da Prece, fundo de pensão da Cedae (Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro), a pedido da CPI dos Correios. O assunto havia criado impasse entre o Supremo e o Congresso, já que a Prece é, segundo a CPI, o fundo que concentra mais problemas e tem a maioria dos beneficiários identificados. Pertence acabou acatando o pedido de reconsideração feito pela CPI sobre a necessidade de quebra dos sigilos. O presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou que a decisão do STF prova que há lógica nas investigações. Para ele, a sentença só não fora ainda proferida porque o ministro não tinha dados para fazer uma avaliação mais completa.

CPI apresentará proposta contra corrupção

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anunciou na semana passada a criação de uma sub-relatoria para tratar de normas para o combate à corrupção. O objetivo da comissão de inquérito é elaborar uma série de projetos de lei para aprimorar, por exemplo, o controle do sistema financeiro e evitar a lavagem de dinheiro. O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) será

o sub-relator e vai trabalhar em conjunto com a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A sub-relatoria deverá convidar especialistas para debater a formulação de projetos.

Semana com três depoimentos marcados

Nesta quarta-feira, a partir das 13h, a Sub-Relatoria de Contratos, que está sob a responsabilidade do deputado José

Eduardo Cardozo (PT-SP), ouve Francisco Marques Carioca, sacador das contas da Skymaster, empresa de transporte aéreo de cargas acusada de se beneficiar de superfaturamento em contratos com os Correios.

Ainda na quarta-feira, a Sub-relatoria de Contratos deve colher os depoimentos de Antonio de Paula Braquehais e Aduino Tameirão Machado, ambos funcionários dos Correios.

Conselho de Ética retoma trabalhos no dia 9

A despeito da autoconvocação do Congresso, o presidente do Conselho de Ética da Câmara, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), anunciou a suspensão por duas semanas dos trabalhos do colegiado, que serão retomados no dia 9 de janeiro, às 10h, com uma reunião com a assessoria e os relatores dos 11 processos em andamento no Conselho que apuram denúncias de envolvimento de deputados com o mensalão.

No mesmo dia, às 15h, serão ouvidos Mário Negromonte, em substituição ao deputado José Janene (PP-PR), em licença médica; e o advogado Paulo Goyaz, que defende o deputado Ronivon Santiago (PP-AC) em 36 processos judiciais no Acre por compra de votos na eleição de 2002.

CPI dos Bingos segue tomando depoimentos

A CPI dos Bingos ouvirá nesta semana Fernando Antônio de Castro Cardoso, presidente da GTech do Brasil, e José Lindoso Albuquerque Filho, ex-diretor comercial da Caixa Econômica Federal (CEF).

Cardoso declarou à imprensa que o advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, intermediou o contrato da GTech com a CEF. O superfaturamento dos serviços prestados pela multinacional no processamento de loterias e a cobrança de propina para renovação do contrato com o banco são uma das linhas de investigação da CPI.

Na semana passada a CPI ouviu Egton de Oliveira Pajaro Júnior, sócio do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Dono de agência nega pedido de favorecimento

A Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios ouviu na quarta-feira o dono da agência de publicidade Giovanni-FCB, Giovanni Wilbert Servolo, e outros funcionários da empresa. O deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), responsável pela sub-relatoria, disse que a comissão tem convocado todas as agências que atendem aos Correios, entre elas a Giovanni-FCB, para verificar se houve irregularidades nos contratos. Nos depoimentos de quarta-feira, o objetivo era esclarecer por que a agência contratou o Multi-Action, do empresário Marcos Valério. Os depoentes negaram que houvesse qualquer orientação por parte dos Correios para que a agência contratasse a empresa. – Agora, vamos aguardar a auditoria do TCU para verificar se existe algum problema no contrato entre a agência e a Multi-Action – afirmou Cardozo.

Voz do Leitor

AOS SENADORES

"Digo a todos os senadores: nós somos capazes de mudar a realidade do mundo quando descobrimos que somos modificáveis e que fazemos acontecer."

Antonio Gleison do Nascimento Soares, de Pentecoste (CE)

TRABALHO

"O trabalho e a honestidade dignificam o homem. Sugiro aos excelentíssimos senhores senadores que atentem vossas ações não somente em estâncias políticas, mas também nas humanas."

Luiz de Almeida Mauro Soares, de Novo Gama (GO)

MUDANÇA

"A cada dia nosso país enfrenta mais e mais crises políticas, que fazem com que muitos brasileiros se desanimem e percam a vontade de ir às urnas nos períodos de eleição. Precisamos ser fortes. Não podemos deixar nos abater com tudo o que está acontecendo na política brasileira. Afinal, como cidadãos, podemos dar nossa parcela de contribuição para que essa cultura antiga de política possa mudar. Nós somos muitos! Nós somos fortes! Dignidade e liberdade são a nossa sorte! Que todos os jovens brasileiros, assim como eu, possamos nos interessar a mudar o nosso país."

Paulo Sérgio Santos, de Pentecoste (CE)

IMPEACHMENT

"Senadores Arthur Virgílio e Heloísa Helena, sugiro que peçam a cassação do presidente Lula, pois ele só

pode estar envolvido com o mensalão."

Dennys e Silva Mayer, de Sumé (PB)

DEFESA

"O presidente Lula está sofrendo várias acusações por parte da mídia. Gostaria de saber: Por que ele não se defende?"

Carlos Aroudo Printe Leite, de Oriximiná (PA)

ANTICORRUPÇÃO

"Sugiro a criação de projeto de lei que vise instituir um conselho anticorrupção composto por membros da sociedade civil e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas públicas municipal, estadual, distrital e federal. Isso porque o órgão que atualmente age em favor da sociedade - o Ministério Público - não é democrático, porque não possibilita à sociedade participar de forma direta na fiscalização dos poderes e esferas dos estados e da União."

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

DEPOIMENTOS EM CPIS

"O senador Pedro Simon mostrou de forma simples e honesta que as testemunhas depoentes nas CPIS não podem e nem devem ser confundidas como operadoras do mensalão, enquanto outros integrantes das CPIS muitas vezes se dirigem de forma desrespeitosa àquelas pessoas que arriscam sua vida e imagem para depor e, assim, tentar ajudar o país a encontrar a verdade."

Auricélio Anselmo Silva, de Várzea da Palma (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

13º SALÁRIO

Sebastião Silveira Dutra, de Dois Vizinhos (PR)

"Senador Alvaro Dias, por que o portador de necessidades especiais que recebe benefício pelo INSS não tem direito a 13º?"

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Prezado Sebastião, o 13º salário foi uma conquista alcançada pela classe trabalhadora na década de 60, concebida na moldura de "gratificação natalina". Seu questionamento é legítimo. Acreditamos que a lógica que norteou o legislador ao excluir o 13º dos benefícios concedidos aos portadores de necessidades especiais tenha sido eminentemente fiscal, zelando mais pelos interesses concernentes ao caixa da União do que por aqueles inerentes aos cidadãos.



CRISE POLÍTICA

Luciano Marinho Filho, de Parnamirim (PE)

"Senador Arthur Virgílio, sobre o contexto da crise política que enfrentamos, pergunto: qual a diferença, em essência, entre as práticas irregulares efetuadas na época do Collor e as efetuadas agora no governo Lula?"

Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:

Prezado Luciano, a diferença está essencialmente no vultoso e na sistematização da corrupção. A corrupção no governo Collor, que tinha à frente PC Farias, a meu ver, parece coisa de amador perto do que tem vindo a público sob o governo Lula, no qual montou-se uma máquina para saquear os cofres públicos, com a cabeça no Palácio do Planalto e os tentáculos alcançando partidos e parlamentares da base aliada do governo. Um vasto esquema sistematizado de arrecadação ilegal de dinheiro para compra de partidos e políticos visando à aprovação de matérias de interesse do governo e apoio para a sua permanência no poder.



FORÇAS ARMADAS

Elieú Feitosa da Silva, de Ceilândia (DF)

"Senador Cristovam Buarque, o que vossa excelência faria para impedir a presença das forças armadas norte-americanas no Paraguai e na Colômbia, uma vez que a presença delas pode ser uma ameaça à soberania do nosso país?"

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) responde:

Caro Elieú, neste momento não vejo qualquer ação para impedi-las, porque os países soberanos têm direito de trazer bases de qualquer país. O que nós temos que fazer é fortalecer as Forças Armadas brasileiras para que sirvam como instrumento de freio se, em algum momento, as forças que estão na nossa fronteira decidirem olhar para o lado de cá. Esse fortalecimento significa: melhor formação técnica dos nossos soldados, aumento do número de tropas, equipamentos modernos e desvio das nossas tropas para os lugares próximos às fronteiras. Se fizermos isso, não ficaremos inválidos diante do risco de futuras ameaças.



Frases

"Só não vamos aprovar o que não tiver sido discutido. Pouco importa quando vamos votar. Estamos aqui para trabalhar"

Heloísa Helena, destacando a disposição de seu partido em votar as matérias em pauta na convocação extraordinária do Congresso.

"Nós não obstaculizamos a votação dessa matéria. Quem obstaculizou a votação do Orçamento até aqui foi a incompetência do governo"

Arthur Virgílio, que atribuiu o atraso na apreciação do Orçamento para 2006 à desarticulação política do governo.

"O STF surpreendeu positivamente todos nós"

Antônio Carlos Magalhães Neto, sub-relator de Fundos de Pensão da CPI dos Correios ao anunciar que o Supremo Tribunal Federal havia indeferido a liminar que impedia a divulgação dos dados sigilosos do fundo de pensão dos funcionários da Cedae (Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro).

"É apenas um condensado do que já foi divulgado, com os mesmos equívocos e ainda incompleto"

Maurício Rands, deputado pelo PT de Pernambuco, criticando a divulgação de balanço das atividades da CPI dos Correios pelo relator, deputado Osmar Serraglio.

"Não ao valeriodulto de Natal e ao mensalão legal"

Mensagem do cartão de Natal enviado pelos deputados Chico Alencar e Fernando Gabeira a Aldo Rebelo, com assinaturas de populares contrários ao pagamento extra pela convocação extraordinária.

"Nós queremos ser os responsáveis por essa limpeza"

Osmar Serraglio, referindo-se ao relatório da CPI dos Correios, que, segundo o relator, deixa claro que havia um sistema de corrupção de parlamentares ligado a um pagamento de mesadas - o mensalão.

"Quatro anos para quem está governando é muito pouco, mas para quem está na oposição é uma eternidade"

Luiz Inácio Lula da Silva, ao discursar durante visita a obras em Macapá (AP).

Foto da Semana

Durante a apresentação do balanço de atividades da CPI dos Correios pelo relator Osmar Serraglio (ao microfone), a senadora Heloísa Helena - com a inscrição "fora todos os corruptos" em sua camiseta - e a deputada Denise Frossard conversam sobre os recursos captados pelo esquema do valerioduto junto aos setores público e privado e aos fundos de pensão. As movimentações financeiras irregulares teriam alcançado a cifra de R\$ 2,6 bilhões



J. FREITAS

Rádio faz retrospectiva de 2005

A Rádio Senado apresenta, neste fim de ano, uma retrospectiva das atividades das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e das comissões permanentes do Senado ao longo de 2005. Você poderá acompanhar as investigações realizadas pelas CPIs dos Correios, dos Bingos e do Mensalão, e também os trabalhos das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), entre outras. As matérias especiais vão ao ar durante as três edições do noticiário *Senado Notícias*, de segunda a sexta-feira, às 8h, 13h40 e 22h.

O programa *Escala Brasileira*, nesta quinta-feira, às 23h, apresenta Beto Só. O cantor e compositor brasileiro estreou em 1990, na banda Adeus, Meninos. Em 2003, passou a desenvolver trabalho solo e gravou o álbum *Lançando Sinais*, produzido por



A transmissão, pela Rádio Senado, dos depoimentos de Marcos Valério teve uma das maiores audiências

Philippe Seabra (Plebe Rude).

Segundo um dos maiores especialistas em *rock* do país, Fernando Rosa (o senhor F), *Lançando Sinais* é um burilado

e poderoso manifesto afetivo, capaz de conquistar e emocionar a sua geração e todas as pessoas que insistem em "pensar demais, falar de amor e sonhar".

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, o interessado deve acessar o site www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Em destaque o 1º Censo do Legislativo Brasileiro

O 1º Censo do Legislativo Brasileiro foi o grande destaque de 2005 dos trabalhos do Programa Interlegis – comunidade virtual criada para promover uma maior integração das casas legislativas. De acordo com o censo, o Brasil tem 5.564 municípios, cinco a mais do que o registrado no último censo do IBGE. Desses, 74,4% já aderiram ao programa, 482 só neste ano. Dos inscritos, 3.037 receberam computadores com *software* livre, impressora e *modem* – um dos benefícios da inscrição.

Um dos problemas básicos levantados pelo censo é que muitas câmaras municipais não possuem sede própria e nem sequer têm personalidade jurídica. O levantamento também revelou que a grande maioria

dos entrevistados, tanto servidores quanto parlamentares, não soube explicar para que serve o Regimento Interno e quais são as atribuições inerentes ao mandato. Os macrorresultados do estudo serão divulgados em fevereiro de 2006, e a publicação dos convites para institutos de pesquisa interessados em analisar as informações, em março.

Além do censo e da inclusão digital, o Programa Interlegis também ofereceu neste ano uma variada gama de serviços, como cursos a distância, assistência para elaboração de *sites* das câmaras municipais, videoconferências, assistência para a utilização adequada dos equipamentos, bem como cursos presenciais de formação parlamentar.

Liminar do STF favorece fundação maranhense

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar na última segunda-feira suspendendo os efeitos da Lei estadual 8.313/05, que reintegra o Convento das Mercês, em São Luís, ao patrimônio do estado do Maranhão.

A liminar é uma resposta à ação direta de inconstitucionalidade (Adin 3.626) impetrada pela Mesa do Senado em defesa da Fundação da Memória Republicana, que mantém, no prédio, um memorial contendo

diversos documentos produzidos durante a passagem do senador José Sarney (PMDB-AP) pela Presidência da República. Aprovada pela Assembléia Legislativa maranhense, essa lei estipula um prazo de 30 dias, que se encerra em 29 de dezembro, para a desocupação do Convento das Mercês.

A decisão do STF permite que o prédio do convento permaneça com a fundação e que seja preservado no local o acervo do ex-presidente José Sarney.

NR. O *Jornal do Senado* volta a publicar na próxima edição a coluna com a resenha literária. A coluna analisa, sempre, uma obra rara de interesse histórico, político e socioeconômico lançada pelo Conselho Editorial da Casa.

Lei que agiliza cobrança judicial já está em vigor

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na última quinta-feira de solenidade no Palácio do Planalto para a sanção, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da lei que dá agilidade aos processos de cobranças judiciais, originária do Projeto de Lei 52/04. Aprovado em Plenário no último dia 8 de dezembro, essa é uma das propostas que compõem a chamada reforma infraconstitucional do Poder Judiciário.

Além de Renan, participaram da cerimônia o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, e o advogado-geral da União, Alvaro Ribeiro da Costa.

Único a discursar na curta solenidade, o ministro da Justiça classificou a sanção como um “momento extremamente impor-

tante dos trabalhos do governo Lula e do Ministério da Justiça”. Na avaliação de Thomaz Bastos, a execução de títulos judiciais deixará de ser “uma maratona cheia de obstáculos”, pois a lei sancionada tende a simplificar e racionalizar o processo.

A nova lei faz parte de um acordo entre Renan Calheiros e Aldo Rebelo para acelerar a aprovação dos dispositivos infraconstitucionais da reforma do Poder Judiciário.



Renan (E) e Aldo participam de solenidade com Lula (C): aos poucos, reforma do Judiciário vira lei

ILB treinou quase 6 mil servidores em 2005

No ano de 2005, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) treinou 5.971 servidores, divididos em 123 cursos presenciais e 20 a distância. Entre os cursos a distância estão o de Gestão Administrativa no Setor Público e o de Doutrinas Políticas Contemporâneas. Já entre os cursos presenciais destacam-se o de Administração Legislativa e o de

Formação de Chefe de Gabinete de Servidor.

Além de promover cursos de capacitação, o instituto criou o Canal ILB, que transmite diariamente, aos servidores do Senado e das assembleias legislativas de estados que dispõem de escolas do Legislativo, telecursos, documentários, programas especiais, vídeos educativos e

institucionais.

O ILB atua na capacitação dos servidores do Senado e do Poder Legislativo nacional, ministrando cursos presenciais e a distância. Os conteúdos dos cursos são compatíveis com as necessidades dos servidores, atualizando-os a respeito do assessoramento diário a parlamentares, autoridades e dirigentes do Legislativo.

Conheça o Senado

Participação e direitos humanos

Alterada pela Resolução nº 1 de 2005 do Senado, no início do ano, a Comissão de Legislação Participativa, criada em 2002, passou a tratar também de assuntos relacionados a direitos humanos. A missão da nova Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), composta por 19 membros titulares, é opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Também é competência da

CDH analisar pareceres técnicos, exposições e propostas de entidades científicas e culturais e de qualquer das outras entidades.

Quando as sugestões legislativas recebem parecer favorável da comissão são transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa para tramitação. A CDH aprovou em novembro, por exemplo, sugestão da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região que “visa estabelecer a obrigatoriedade de se fazer constar nos editais de licitação pública medidas

de proteção à saúde e seguridade do trabalhador”.

Cabe ainda ao colegiado se manifestar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, direitos da mulher, proteção à família, à infância, à juventude e aos idosos, proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências, além de fiscalização, avaliação e controle das políticas governamentais relativas a esses temas. A CDH é presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e tem como vice o senador Paulo Paim (PT-RS).



Juvêncio da Fonseca (C) em audiência da CDH que debateu desnutrição de crianças indígenas das comunidades guarani-caiovas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Thâmara Brasil
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151
www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O poder de julgar e aplicar as leis

O Poder Judiciário é um dos três poderes da república, junto com o Executivo e o Legislativo. É o conjunto dos órgãos que administram a Justiça. Sua função é julgar a aplicação das leis em casos concretos e zelar pela observância delas, para assegurar a soberania da Justiça e a realização dos direitos e deveres.

A estrutura do Poder Judiciário baseia-se na hierarquia dos órgãos que o compõem, formando as chamadas "instâncias". A primeira instância é o órgão que irá analisar e julgar primeiro a ação apresentada ao Poder Judiciário. Se uma ou mais das partes conflitantes (a que levou a ação à Justiça ou a que foi acionada) desejar o reexame da matéria, as decisões de uma instância pode-

rão ser submetidas à apreciação de instâncias superiores, realizada por órgãos colegiados (grupos de juízes). Há também ações que tratam de assuntos específicos e que são apresentados diretamente às instâncias superiores.

A competência originária dos tribunais está disposta na Constituição. A Justiça Federal comum é responsável pelo julgamento de ações em que a União, as autarquias ou as empresas públicas federais forem interessadas, e por processos que tratem de crimes que o Brasil obrigou-se a coibir por convenção internacional. A Justiça Federal especializada é composta pelas Justças do Trabalho, Eleitoral e Militar. Cabe à Justiça estadual o julgamento das ações não compreendidas na competência da Justiça Federal.



Supremo Tribunal Federal, em Brasília: instância máxima da Justiça é composta por 11 ministros

Órgãos do Poder Judiciário

► Supremo Tribunal Federal (STF)

– É o órgão máximo do Poder Judiciário. Exerce a função de corte constitucional, pois tem como principal competência guardar a observância da Constituição federal. Aprecia também recursos extraordinários cabíveis em razão de desobediência à Carta Magna. É composto por 11 ministros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a indicação dos nomes pelo Senado.

► Superior Tribunal de Justiça (STJ)

– Órgão de superposição da Justiça Federal comum e das justças estaduais ordinárias. É responsável pela guarda do direito nacional infraconstitucional (normas que regulamentam dispositivos da Constituição) mediante harmonização das decisões proferidas pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais estaduais de segunda instância. Aprecia, além da matéria referente à sua competência originária, recursos especiais cabíveis quando contrariadas leis federais. A corte compõe-se de, no mínimo, 33 ministros nomeados pelo presidente da República, após aprovação do Senado.

► Tribunais regionais

– Julgam ações provenientes dos estados, divididos por regiões. São eles: os tribunais regionais federais (divididos em cinco regiões), os tribunais regionais do Trabalho (divididos em 24 regiões) e os tribunais regionais eleitorais (divididos em 27 regiões).

► Tribunais de Justiça dos estados

– São organizados de acordo com os princípios e as normas da Constituição estadual e do Estatuto da Magistratura. Apreciam, em grau de recurso ou em razão de sua competência originária, as matérias comuns que não se encaixem na competência das justças federais especializadas.

► Juízos de primeira instância

– Neles se iniciam, na maioria das vezes, as ações judiciais estaduais e federais (comuns e especializadas). Compreende os juízes estaduais e os federais comuns, e juízes do trabalho, eleitorais e militares.

► Varas e tribunais da Justiça do Trabalho

– Compete à Justiça

do Trabalho conciliar e julgar os conflitos individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores. É formada por varas de conciliação e julgamento, pelos tribunais regionais do Trabalho (TRTs) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), seu órgão máximo. O TST compõe-se de 27 ministros nomeados pelo presidente da República e tem por principal função uniformizar a jurisprudência trabalhista. Julga recursos de revista, mandados de segurança, embargos opostos a suas decisões e ações rescisórias, recursos ordinários, agravos de instrumento contra decisões de TRTs e dissídios coletivos de categorias organizadas em nível nacional.

► Juntas e tribunais da Justiça Eleitoral

– À Justiça Eleitoral compete, principalmente, a organização, a fiscalização e a apuração das eleições que ocorrem no país, e a diplomação dos eleitos. É formada pelas juntas eleitorais, pelos tribunais regionais eleitorais (TREs) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O TSE compõe-se de, no mínimo, sete ministros. Tem competência originária para processar e julgar os casos previstos no artigo 22 do Código Eleitoral (como os crimes eleitorais e o registro e a cassação de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais, e de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República), e competência em grau de recurso das decisões dos TREs.

► Juntas e tribunais da Justiça Militar

– À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares. É composta pelos juízes-auditores e seus substitutos; pelos conselhos de justiça, especiais ou permanentes; e pelo Superior Tribunal Militar (STM), que possui 15 ministros vitalícios nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Plenário do Senado.

Como entrar em contato com a Justiça Federal

Supremo Tribunal Federal

Praça do Três Poderes
70175-900 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3217-3000 / www.stf.gov.br
Infojus - Portal do Poder Judiciário:
www.infojus.gov.br

Conselho Nacional de Justiça

Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo II
70175-900 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3217-4565 / www.cnj.gov.br

Superior Tribunal de Justiça

SAFS Quadra 06, Lote 01, Trecho III, 3º Andar,
70095-900 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3319-8000 / www.stj.gov.br

Conselho da Justiça Federal

SAFS Quadra 06, Lote 01, Trecho 03, Prédio
Ministros I - Superior Tribunal de Justiça
70095-900 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3319-8000 / www.cjf.gov.br

Tribunal Superior do Trabalho

SAS Praça dos Tribunais Superiores
70097-900 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3314-4300 / www.tst.gov.br

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

SAS Praça dos Tribunais Superiores
70097-900 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3314-4300 / www.csjt.gov.br

Superior Tribunal Militar

SAS Praça dos Tribunais Superiores, Quadra
02, 70098-900 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3313-9292 / www.stm.gov.br

Tribunal Superior Eleitoral

SAS Praça dos Tribunais Superiores, Bloco "C",
70096-900 - Brasília (DF)

PABX: (61) 3316-3000 / www.tse.gov.br

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

(AC, AP, AM, BA, DF, GO, MA, MT, MG, PA, PI,
RO, RR e TO)

SAS Praça dos Tribunais Superiores, Quadra
02, Bloco "A", 70095-900 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3314-5225 / www.trf1.gov.br

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

(O Distrito Federal não possui Poder Judiciário. O Poder Judiciário nele instalado é organizado e mantido pela União)
Palácio da Justiça - Praça do Buriti, Lote 01,
70094-900 - Brasília (DF)
Pabx: (61)3343-7000 / www.tjdf.gov.br

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

(RJ e ES)
Rua Acre, 80, Centro
20081-000 - Rio de Janeiro (RJ)
PABX: (21) 2276-8000 / www.trf2.gov.br

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

(SP e MS)
Avenida Paulista, 1842, Torre Sul
01310-923 - São Paulo (SP)
PABX: (11) 3012-1000 / www.trf3.gov.br

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

(RS, SC e PR)
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 -
Centro Administrativo Federal - Praia de Belas
90010-395 - Porto Alegre (RS)
PABX: (51) 3213-3000 / www.trf4.gov.br

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

(AL, CE, PB, PE, RN e SE)
Edifício Ministro Djaci Falcão, Cais do Apolo,
50030-908 - Recife (PE)
PABX: (81) 3425-9000 / www.trf5.gov.br

Após 13 anos, reforma do Judiciário é aprovada e começa a ser regulamentada

Várias mudanças na estrutura do Poder Judiciário foram promovidas pela promulgação da Emenda Constitucional 45, de 8 de dezembro de 2004, conhecida como reforma do Judiciário. A reforma tramitou por quase 13 anos no Congresso. Entre outras medidas, o novo texto constitucional criou a súmula vinculante, que vale para as ações de inconstitucionalidade e para as ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal. Esse mecanismo impede a interposição de recursos em casos análogos aos que tenham

decisões definitivas de mérito proferidas por, no mínimo, dois terços dos membros do STF. Foram criados dois conselhos para fiscalizar a legalidade de atos administrativos do sistema jurisdicional: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

No Congresso, uma comissão mista foi criada para regulamentar a EC 45. Essa comissão aprovou o relatório do senador José Jorge (PFL-PE) no qual constam projetos que irão regulamentar a repercussão geral do recurso extraordinário pelo STF; a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante; os pedidos de federalização dos crimes contra os direitos humanos; a criação do Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas; e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

